

o mundo? É no bom caminho que seguimos ou estaremos a defraudar a sua crença em nós? Talvez devamos seguir o conselho que Maria João Seixas nos deixa no posfácio, termos à mão esta Antologia, «para poder ser lida e relida como um Breviário, na certeza de que nela encontraremos ensinamentos e inspiração suficientes para, aqui e agora, nos sentirmos capazes de não *nos* perdermos» (p. 446). Quanto a mim, procurarei fazê-lo.

**Ventura, Isabel (2012), *As primeiras mulheres repórteres. Portugal nos anos 60 e 70*, Lisboa, Tinta da China, 206 páginas.**

Teresa Alvarez

CEMRI/Universidade Aberta, Portugal

Este livro de Isabel Ventura tem por base a tese que defendeu no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta, sobre seis mulheres jornalistas, da imprensa escrita, que iniciaram a sua atividade profissional no início de 1960: Alice Vieira, Edite Soeiro, Diana Andringa, Leonor Pinhão, Maria Antónia Palla e Maria Teresa Horta. Porquê estas jornalistas e não outras? Foram estes os nomes que, em entrevistas exploratórias realizadas pela autora a um conjunto de jornalistas que exerciam a sua atividade nas décadas de 1960 e 1970, foram unanimemente identificados como «casos paradigmáticos do jornalismo português» deste período (p. 30).

No Prefácio, Fernando Alves evidencia os dois elementos de contextualização da atividade destas seis mulheres, privilegiados por Isabel Ventura: o regime político que vigorava no país e suas repercussões na atividade jornalística, por um lado, e a cultura androcêntrica, e frequentemente sexista, que configura os contextos, os ambientes de trabalho e as práticas profissionais do jornalismo no mesmo período. As duas situações são vivenciadas, recordadas e narradas de formas diversas, em alguns momentos, e inequivocamente convergentes, em muitos outros, por estas seis jornalistas, conferindo ao percurso profissional de todas elas, como de tantas outras mulheres em outros contextos profissionais, o denominador comum de *luta redobrada*, como refere Fernando Alves, tendo todas elas «conquistado o seu lugar num «território de homens», num tempo de opressão» (p. 12).

Na explicação da escolha do período em análise, Isabel Ventura refere o aumento da percentagem de mulheres jornalistas sindicalizadas entre 1960 (2%) e

o início de 1980 (10%). Para explicar este crescimento, mas também a lentidão da mudança que ele representa, a autora parte da problemática da relação entre o regime político do Estado Novo e as condições que pautam o jornalismo da imprensa escrita, no mesmo período, centrando-se depois nos fatores que, na sua opinião, são exemplificativos desses mesmos condicionalismos: a legislação em vigor, legitimadora da subordinação das mulheres ao poder masculino (pai e marido), a educação, que sustentava a ideologia do *pater famílias*, a censura e os seus efeitos no funcionamento das redações, na produção jornalística e no «ritual de espera dos veredictos dos censores» (p. 178) e, por fim, a guerra colonial e os movimentos de apoio que a mesma suscitou. A par deste cenário, a autora vai passando em revista um outro, o da resistência ao Estado Novo, ao longo da década de 60 e, em especial, durante a Primavera Marcelista, percorrendo alguns dos acontecimentos que exemplificam a contestação ao regime: a publicação de *Novas Cartas Portuguesas* e seu impacto político e mediático, as eleições de 1958 e a candidatura de Humberto Delgado, a agitação académica como reflexo dos movimentos de contestação de *Maio de 68* e a atuação das primeiras Organizações Não Governamentais de Mulheres por altura das eleições de 1969.

O mundo do jornalismo é, por sua vez, apresentado através da atuação da censura na imprensa escrita e das suas repercussões nas práticas jornalísticas, bem como das alterações que se vão operando na produção jornalística neste mesmo período. Evidenciam-se o papel dos novos grupos económicos detentores dos principais jornais, que trazem consigo «novas lógicas comerciais e editoriais» (p. 20), os novos critérios de recrutamento profissional e a entrada nas redações de jovens escritores/as e de estudantes universitários/as que vão modificando a constituição das equipas de redação, traduzindo-se, entre outros aspetos, em níveis mais elevados de qualificação académica.

Foi neste «início da rutura com o estatuto de caixa de ressonância» (p. 177), que caracteriza os jornais portugueses, que as seis jornalistas entrevistadas por Isabel Ventura iniciaram a sua atividade profissional e foi ao longo destas duas décadas que todas se afirmaram no mundo do jornalismo. Assim, na *revisitação* deste período, a autora conduz-nos através de dois fios condutores:

- A preocupação por demonstrar o carácter estruturante das representações sociais de género na ideologia do Estado Novo, por um lado, e na cultura e organização do trabalho das redações dos jornais diários portugueses, que condicionam significativamente o lugar ocupado pelas mulheres jornalistas, por outro lado.
- O espaço dado pela autora, de forma regular e quase sistemática, às vozes das seis jornalistas, revelando-nos o modo como cada uma vivenciou situações concretas no âmbito dos fenómenos e dos acontecimentos que a autora privilegiou. Pelas narrativas destas jornalistas, a autora evidencia igualmente o lugar epistemológico e metodológico que as fontes orais têm, hoje, no quadro dos Estudos sobre as Mulheres e dos Estudos de Género.

No último capítulo, a autora apresenta-nos um «breve perfil» de cada uma das seis jornalistas, confirmando o que, ao longo da obra, se foi revelando como marcas fundamentais de todas elas: a sua afirmação no jornalismo generalista e não temático, a escolha da profissão de jornalista onde constroem a sua carreira, o reconhecimento profissional obtido junto do seus pares, o exercício de cargos de chefia, a atividade de denúncia do regime «chamando a si causas que lhes eram caras» (p. 21), a relação com o feminismo e, ainda, o envolvimento, mais ou menos direto, em muitos dos acontecimentos *revisitados* pela autora.

Pelo livro de Isabel Ventura compreendemos a dimensão histórica da vida e da ação das diferentes gerações de mulheres e do modo como elas tecem um mesmo percurso de emancipação, de liberdade individual e de construção da igualdade social.

**Pereira, Maria do Mar (2012), *Fazendo género no recreio. A negociação do género em espaço escolar*, Lisboa, ICS – Instituto de Ciências Sociais, 231 páginas.**

Sofia Almeida Santos

CIE e FPCE/Universidade do Porto, Portugal

Acaba de ser lançado pelo Instituto de Ciências Sociais – Lisboa, o livro «Fazendo género no recreio» de Maria do Mar Pereira, como mais uma estimulante obra no panorama da Sociologia e dos Estudos sobre as Mulheres e, atrevo-me a dizer, da Educação em Portugal. Tomando como ponto de partida um intenso estudo etnográfico com jovens do 8º ano de uma escola lisboeta, explora-se a dimensão performativa de género no contexto escolar, isto é, os modos como as masculinidades e feminilidades são (re)construídas e negociadas na interação quotidiana.

Começando pela análise do próprio título, considero que este foi muito bem conseguido, pelo facto de nos situar desde logo na problemática que está em discussão. Não só nos permite antever que se trata de um estudo de género realizado numa escola, como ficamos a saber que este é perspetivado como algo que se vai *fazendo* e condicionando dentro dos muros e limites do recreio.

O livro organiza-se em 10 capítulos, que compõem 4 secções mais amplas. Os três capítulos iniciais posicionam a perspetiva da autora face aos debates teóricos da área, aos quais se seguem dois capítulos de apresentação metodológica e de contextualização da pesquisa. Os quatro capítulos seguintes dedicam-se à análise crí-